

SUPERINTENDENCIA DO MINISTERIO DA SAUDE/AP

Estudo Técnico Preliminar 2/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25013.000155/2025-94

2. Introdução

2.1 O presente estudo tem por objeto avaliar a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação de serviços continuados de agenciamento de viagens para o transporte aéreo de agentes públicos, no interesse da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá (SMSA/AP), em consonância com a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, a qual dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

3. Breve Histórico da Evolução da Demanda

3.1 A sede administrativa da SMSA/AP funciona na capital do Estado do Amapá. Contudo, para uma prestação de serviços ao cidadão da mais alta qualidade, a SMSA/AP precisa atuar em todos os municípios do Estado do Amapá; para alcançar esse objetivo, os deslocamentos se dão por meio do transporte terrestre de servidores e insumos estratégicos da saúde. Além disso, o órgão necessita deslocar, esporadicamente, agentes públicos de seu quadro de pessoal a outros estados-membros da federação.

3.2 Esse último serviço era prestado por execução indireta, intermédio do Contrato nº 1/2024, instruído nos termos do Processo Administrativo nº 25013.000054/2023-51, cujo objeto era "a contratação de empresa para executar serviços continuados de agenciamento de viagens para voos regulares e domésticos, sob demanda, para o deslocamento a serviço de servidores e colaboradores da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá, mediante Sistema de Registro de Preços, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital". Todavia, desde 08 de janeiro de 2025, os servidores da SMSA/AP não contam mais com a prestação desses serviços, uma vez que a vigência do Contrato nº 1/2024 foi encerrada nessa data, por inviabilidade técnica de sua prorrogação, em razão de ausência de vantajosidade na sua continuidade, conforme avaliação da gestão contratual.

3.3 Dessa forma, atualmente, na SMSA/AP não há nenhum contrato de prestação de serviços de agenciamento de viagens para transporte aéreo de servidores de seu quadro de pessoal ativo, fato este que compromete o desempenho institucional dessa unidade administrativa do Ministério da Saúde.

4. Descrição da necessidade

4.1 A Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá (SMSA/AP) possui a necessidade recorrente, de natureza variável, porém indispensável, de serviços de agenciamento de viagens para o transporte aéreo de servidores, com a finalidade de prestar apoio às demandas administrativas da unidade.

4.2 Devido à essencialidade desse serviço, a contratação pretendida neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) é imprescindível para que as atividades finalísticas da SMSA/AP não sofram solução de continuidade. Além disso, há a necessidade contínua de os servidores se deslocarem para participações em cursos de capacitação, seminários, congressos, reuniões e demais atividades, por meio da contratação de serviços de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas.

4.3 Até 08 de janeiro de 2025, o transporte aéreo de servidores da SMSA/AP foi realizado mediante a terceirização desses serviços, nos termos da execução do Contrato nº 1/2024, instruído por meio do Processo Administrativo nº 25013.000054/2023-51.

4.4 Devido à extinção do Contrato nº 1/2024, é imperiosa a deflagração de novo processo de contratação de serviços continuados de agenciamento de viagens para o transporte aéreo de agentes públicos do quadro de pessoal ativo da SMSA/AP, posto que tais serviços não podem ser executados de maneira direta, considerando que não constituem atividade-fim do órgão.

4.5 Desta forma, resta à administração da unidade a opção pela contratação indireta de serviços de agenciamento de viagens para o transporte aéreo de servidores, em consonância com o disposto no Artigo 2º da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, no §1º do Artigo 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e no §1º do Artigo 7º da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOA/AP - Serviço de Logística Administrativa da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá	Macena Cristina de Jesus Martins, Chefe do Serviço de Logística Administrativa

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 Requisitos de Negócio

6.1.1 Levando-se em consideração que a SMSA/AP, atualmente, não dispõe de contrato administrativo destinado à prestação de serviços de transporte aéreo para o deslocamento de seu pessoal, o SELOA/AP -Serviço de Logística Administrativa da SMSA/AP, constatou a necessidade de abertura de novo processo administrativo de contratação para esse fim.

6.1.2 Para tanto, a contratada deverá atender às prescrições a serem inseridas neste ETP e no futuro Termo de Referência correspondente.

6.1.3 O serviço em estudo é caracterizado como serviço comum de natureza predominantemente intelectual e operacional, com execução indireta por meio de intermediação comercial, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do Inciso XIII do Artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, tendo-se em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser, objetivamente, definidos pelo vintouro edital, por meio de especificações usuais de mercado; atendendo-se, também, ao disposto no Artigo 14 da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG.

6.1.4 Os serviços de agenciamento de viagens para o transporte aéreo de pessoas enquadram-se como serviços contínuos, dado que, pela sua essencialidade, visam a atender às necessidades da Administração Pública de forma permanente e reiterada, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que a sua interrupção poderia comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional da unidade, conforme o disposto no Artigo 15 da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG.

6.1.4.1 A caracterização como serviço contínuo decorre da recorrência e previsibilidade das demandas ao longo do exercício financeiro, conforme evidenciado no histórico de consumo (Subitem 9.2.1.1), o qual demonstra padrão recorrente de utilização, ainda que com variação mensal.

6.1.5 O objeto deste estudo é considerado atividade de custeio, conforme o definido no Artigo 2º, V, da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

6.1.6 Os serviços de agenciamento de viagens para transporte aéreo podem ser classificados como atividades acessórias à área de competência legal do órgão interessado, uma vez que não estão inseridos dentre as categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos, podendo ser objeto de execução indireta, nos termos do Artigo 1º do Decreto nº 9.507, de 2018, e não se enquadram nas hipóteses de vedação previstas no Artigo 3º do referido decreto.

6.1.7 A contratação será realizada após regular procedimento de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, nos termos do Inciso I do Artigo 28 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.8 A prestação dos serviços não deverá gerar vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a contratante, vedadas quaisquer relações entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelecem os Artigos 4º e 5º da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG.

6.2 Requisitos Temporais

6.2.1 Vigência do Contrato Original

6.2.1.1 Levando-se em consideração os créditos orçamentários disponibilizados à SMSA/AP, o prazo de vigência da nova contratação será de 1 (um) ano, contado da data de assinatura do pretenso contrato, prorrogável por até 10 anos, nos termos do Artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza contínua do serviço e a necessidade de manutenção da eficiência administrativa.

6.2.2 Horários de Prestação dos Serviços

6.2.2.1 Nos deslocamentos de servidores, a contratada deverá obedecer ao seguinte:

6.2.2.1.1 Atendimento em regime comercial (07 h às 19 h); e

6.2.2.1.2 Atendimento emergencial 24 h para demandas urgentes.

6.3 Requisitos de Sustentabilidade

6.3.1 Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de agenciamento de viagens, predominantemente executados por meio digital, verifica-se que a aplicação de critérios clássicos de sustentabilidade ambiental possui aplicabilidade limitada.

6.3.2 A imposição de requisitos ambientais não diretamente relacionados à execução do objeto pode restringir indevidamente a competitividade do certame, sem benefício ambiental relevante.

6.3.3 Dessa forma, nos termos do Parecer nº 01/2021/CNS/CGU/AGU, adota-se abordagem proporcional, restringindo-se a critérios compatíveis com o objeto:

6.3.3.1 Utilização de sistemas informatizados;

6.3.3.2 Redução do uso de papel;

6.3.3.3 Tramitação eletrônica de documentos; e

6.3.3.4 Racionalização de recursos administrativos.

6.3.4 A abordagem adotada observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

6.3.5 A abordagem de sustentabilidade adotada neste Estudo Técnico Preliminar encontra-se alinhada às diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, em observância ao disposto no Artigo 7º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022, garantindo a compatibilidade entre a contratação pretendida e os instrumentos de planejamento institucional.

6.3.6 Os critérios de sustentabilidade adotados observam, no que couber, as diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, assegurando a definição de requisitos compatíveis com o objeto da contratação e a preservação do caráter competitivo do certame, conforme orientação dos órgãos de controle.

6.4 Participação de Consórcio e Cooperativa

6.4.1 Participação de consórcio

6.4.1.1 Nos termos do Artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.4.1.1.1 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.4.1.1.2 Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

6.4.1.1.3 Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.4.1.1.4 Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.4.1.1.5 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.4.1.1.6 O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção;

6.4.1.1.7 O acréscimo previsto no Subitem 6.4.1.1.6 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei;

6.4.1.1.8 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no Subitem 6.4.1.1.1;

6.4.1.1.9 Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas; e

6.4.1.1.10 A substituição de consorciado deverá ser, expressamente, autorizada pelo órgão contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos, para efeito de habilitação técnica, e os mesmos valores, para efeito de qualificação econômico-financeira, apresentados pela empresa substituída, para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originar o contrato.

6.4.1.2 A participação de consórcios será permitida, uma vez que amplia a competitividade, não havendo prejuízo à execução do objeto.

6.4.2 Participação de cooperativa

6.4.2.1 Como prescreve o Artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

6.4.2.1.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

6.4.2.1.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

6.4.2.1.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas; e

6.4.2.1.4 O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

6.6 Subcontratação

6.6.1 Não será permitida a subcontratação do objeto principal. Será admitida subcontratação de atividades acessórias, tais como sistemas informatizados e suporte tecnológico, desde que não comprometam a execução contratual.

6.7 Economia de escala

6.7.1 O ganho de escala, com o objetivo de obter preços mais vantajosos para a Administração, deve ser considerado na modelagem da contratação, especialmente no contexto da adoção de percentual de desconto sobre o valor das passagens aéreas, sem prejuízo da manutenção da qualidade na prestação dos serviços, tais como a disponibilização de atendimento adequado às demandas da contratante.

7. Levantamento de Mercado

7.1 Princípio da Padronização

7.1.1 Para o completo atendimento do prescrito no Artigo 40, Inciso V, Alínea "a", da Lei 14.133, de 2021, foi consultado o Catálogo Eletrônico de Padronização, como consta no Anexo 3 (Protocolo SEI nº 0051125413). Após isso, constatamos que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) não se encontra catalogado.

7.1.2 O processo instrutório da pretendida contratação seguirá o documento "Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação", disponível em:

<<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf>>

7.1.3 Esse instrumento foi elaborado pela Advocacia-Geral da União/(Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos), no ano de 2023, e será observado por esta equipe de planejamento da contratação, por ser um documento que é uma referência técnico-jurídica para as contratações públicas em todos os órgãos e entidades do País.

7.2 Soluções Disponíveis no Mercado

7.2.1 Nesta subseção, será apresentada uma análise comparativa das possíveis soluções encontradas para o atendimento das necessidades de deslocamento de servidores por meio da contratação de serviços de agenciamento de viagens para transporte aéreo, no interesse da SMSA/AP.

7.2.1.1 Locação de aeronaves, com disponibilidade integral, incluindo piloto, combustíveis, manutenção e demais insumos necessários à execução do serviço (fretamento de aeronaves com mão de obra exclusiva)

7.2.1.1.1 Este modelo apresenta as seguintes vantagens:

- a) A manutenção preventiva e corretiva das aeronaves fica a cargo da empresa contratada;
- b) Contratação única para locação, condução, manutenção, abastecimento e seguro das aeronaves, facilitando a gestão e a fiscalização contratuais;
- c) Pagamento por quilômetro, efetivamente, voado;
- d) Pagamento por diárias, efetivamente, consumidas; e
- e) Disponibilidade, exclusivamente, de aeronaves e pilotos.

7.2.1.1.2 Este modelo apresenta as seguintes desvantagens:

- a) Menor flexibilidade para alteração de contrato, pois as aeronaves terceirizadas só podem ser utilizadas de acordo com o que está previsto em contrato;
- b) Riscos de reclamações trabalhistas associados à contratação de mão de obra com dedicação exclusiva; e
- c) A Administração incorreria em custos elevados para a manutenção do contrato, por causa da disponibilização, em tempo integral, do piloto e da aeronave.

7.2.1.2 Locação de aeronaves, por diárias, incluindo piloto, combustíveis, manutenção e demais insumos necessários à execução do serviço (fretamento de aeronaves com mão de obra exclusiva diariamente)

7.2.1.2.1 Neste modelo, a contratada deverá disponibilizar, sob demanda, a aeronave com piloto, com a precificação realizada em regime de diárias, nas quais se inclui as despesas com combustível, manutenção, seguro total, pessoal, diárias, locação de hangar e demais custos que incidem sobre as aeronaves.

7.2.1.2.2 Neste modelo de contratação, não há mão de obra com dedicação exclusiva, salvo no dia em que for requerido o serviço, e as unidades da SMSA/AP não terão a aeronave, integralmente, à sua disposição e dependerão de agendamento prévio para que a aeronave esteja apta quando da ocorrência da necessidade.

7.2.1.2.3 É um modelo capaz de atender às necessidades de unidades da SMSA/AP que apresentem uso menos frequentes de aeronaves; apresenta a maior vantagem econômica, quando comparado ao custo necessário para manter a aeronave fixa, à disposição do órgão contratante.

7.2.1.2.4 Este modelo apresenta as seguintes desvantagens:

- a) A diária é paga para a utilização da aeronave por um período de 24 (vinte e quatro) horas, independente se for utilizá-la em demanda por prazo inferior; e
- b) Os custos para sua implementação são muito elevados.

7.2.1.3 Contratação de serviços de intermediação na aquisição de passagem aérea (agenciamento de viagens)

7.2.1.3.1 Agenciamento de viagens é a intermediação entre prestadores de serviços clientes, envolvendo planejamento, roteirização e reservas. Os profissionais da área, como agentes de viagens, auxiliam clientes com a logística, burocracia, emissão de documentos e orientações sobre destinos, além de oferecerem suporte durante a viagem.

7.2.1.3.2 Este modelo apresenta as seguintes vantagens:

- a) A reserva de passagens aéreas, a hospedagem, o traslado e outros serviços são realizados pela terceirizada;
- b) A agência de viagens promove o fornecimento de informações e suporte durante todo o processo;
- c) A agência de viagens realiza a emissão de bilhetes e outros documentos necessários para a viagem;
- d) Os custos são reduzidos em relação à prestação de serviços das primeiras modalidades estudadas;
- e) A agência de viagens ajuda a resolver problemas e gerenciar mudanças de última hora;

7.2.1.3.3 Este modelo apresenta as seguintes desvantagens:

- a) Não há disponibilização de pilotos e aeronaves, em tempo integral, para a contratante;
- b) A quantidade de localidades de destino é limitada ao número de aeroportos habilitados a operar em âmbito nacional;
- c) Para solicitar o serviço é necessário ter conexão com a *internet*, para fazer o pedido pelo sistema;

- d) Possibilidade de indisponibilidade do serviço em casos de viagens emergenciais e imprevisíveis; e
- e) Necessidade de treinamento de pessoal na utilização de sistema próprio.

7.2.1.4 Aquisição de aeronaves

7.2.1.4.1 Trata-se da compra, por licitação, de aeronaves para o uso exclusivo do órgão, como proprietário legítimo do bem adquirido.

7.2.1.4.2 Este modelo apresenta as seguintes vantagens:

- a) O controle sobre a frota e sobre os processos relacionados é total, pois a gestão é centralizada no órgão; e
- b) A tomada de decisão é mais célere, pois não depende de empresa contratada para colocar os planos de transporte em prática.

7.2.1.4.3 O modelo apresenta as seguintes desvantagens:

- a) Necessidade de constituição de equipe de servidores do órgão, para gerir todos os aspectos que envolvem a operação, tais como custos e manutenções;
- b) Necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, tais como pilotos, manutenções de aeronaves, regularização de documentos das aeronaves, de seguros, de fornecimento de óleos lubrificantes e combustíveis, dentre outras despesas que o órgão deve, obrigatoriamente, assumir;
- c) O dispêndio da despesa relacionada às contratações é extremamente elevado; e
- d) Depreciação das aeronaves ao longo do tempo.

7.2.1.5 Compra direta de passagens aéreas

7.2.1.5.1 A compra direta de passagens aéreas é uma solução estruturada pela Central de Compras do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), para aquisição de bilhetes aéreos nacionais diretamente com as companhias aéreas, por meio da integração com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

7.2.1.5.2 O modelo dispensa a intermediação por agências de viagens e permite que os órgãos realizem cotações, reservas e emissões de bilhetes de forma automatizada e transparente, diretamente na plataforma SCDP.

7.2.1.5.3 O pagamento das passagens é realizado por fatura mensal, emitida pelas companhias aéreas à Central de Compras. Os órgãos aderentes descentralizam previamente os recursos orçamentários e financeiros para o custeio das despesas.

7.2.1.5.4 A Compra Direta de Passagem Aérea foi iniciada em caráter piloto e, atualmente, está em fase de expansão gradual, com a incorporação de novos órgãos conforme cronograma pré-estabelecido, respeitando os limites operacionais das equipes responsáveis pela gestão contratual, fiscalização e execução orçamentária centralizada.

7.2.1.5.5 A estratégia de crescimento controlado busca garantir a qualidade do serviço prestado e a estabilidade dos fluxos operacionais. A longo prazo, o objetivo é que a Compra Direta atenda a todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

7.2.1.5.6 A Central de Compras do MGI está trabalhando na estruturação do **novo credenciamento da Compra Direta (versão 2.0)**, conforme previsto no cronograma de projetos da Secretaria de Gestão e Inovação.

7.2.1.5.7 A nova contratação está planejada para o primeiro semestre de 2026 e trará regras aprimoradas de gestão, com possibilidade de expansão do modelo a um número maior de órgãos, descentralização de serviços e ampliação da capacidade de atendimento.

7.2.1.5.8 O serviço é destinado a todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O modelo atual não contempla órgãos estaduais, municipais, os demais poderes (Legislativo e Judiciário), empresas públicas ou sociedades de economia mista.

7.2.1.5.9 A inclusão de novos órgãos segue, no momento, um cronograma definido internamente pelo MGI, em razão da necessidade de adequações técnicas e operacionais por parte da Central de Compras do órgão, das companhias aéreas credenciadas e das unidades de gestão e fiscalização envolvidas.

7.2.1.5.10 Estima-se que, após a assinatura dos contratos do novo credenciamento da Compra Direta, prevista para o primeiro semestre de 2026, o serviço passe por uma ampla expansão, com todas as adaptações necessárias implementadas para possibilitar a adesão de um número maior de órgãos em todo o Governo Federal, no segundo semestre de 2026.

7.2.1.5.11 Este modelo apresenta as seguintes vantagens:

- a) Maior transparência e controle sobre a emissão de passagens aéreas;
- b) Redução de custos com tarifas corporativas e padronizadas;
- c) Simplificação dos processos administrativos com automação no SCDP;
- d) Racionalização de recursos públicos, com gestão centralizada e ganho de escala; e
- e) Maior segurança jurídica e rastreabilidade, com base em regras contratuais claras.

7.2.1.5.12 O modelo apresenta as seguintes desvantagens:

- a) Para determinados trechos, horários e em situações em que a Administração necessite de serviços para auxiliá-la nas compras, faz-se necessária a contratação de agência de viagem;
- b) Necessidade de implantação pela Central de Compras do MGI.

7.2.2 Para fins de consolidação da análise, as soluções foram comparadas considerando critérios de custo, viabilidade técnica, flexibilidade operacional e risco, sendo a solução de agenciamento de viagens a que apresentou melhor desempenho global, considerando critérios de custo estimado, flexibilidade operacional, tempo de resposta e risco de execução contratual.

7.3 De acordo com a Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, a qual dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Seção I

Da Aquisição Direta

Art. 3º A aquisição de passagens aéreas será realizada diretamente das companhias aéreas credenciadas, sem intermediação de agência de turismo, salvo quando a demanda não estiver contemplada pelo credenciamento, quando houver impedimento para emissão junto à empresa credenciada ou em casos emergenciais devidamente justificados no SCDP, hipóteses em que será aplicado o procedimento previsto na Seção II desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A adesão ao credenciamento será formalizada pelo órgão beneficiário, por meio de contrato firmado com instituição financeira autorizada para operacionalização do Cartão de Pagamento do Governo Federal Passagem Aérea, de uso exclusivo para pagamento das despesas relativas à aquisição direta de passagens aéreas.

Seção II

Da Aquisição por Agenciamento de Viagens

Art. 4º O objeto do agenciamento de viagens atenderá às demandas não contempladas pela aquisição direta de passagens viabilizada pelo credenciamento, aos casos em que houver impedimento de emissão junto à empresa credenciada ou aos casos emergenciais devidamente justificados no SCDP.

7.4 Consoante o entendimento dos Artigos 3º e 4º da IN nº 3/2015-MPDG, *a aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas credenciadas é regra; a aquisição por agenciamento de viagens, exceção*. Contudo, conforme informações contidas no sítio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), <<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/central-de-compras/compra-direta-de-passagens-1>>, o **Ministério da Saúde não está contemplado no cronograma de órgãos beneficiados para possibilidade de adesão**, como pode ser visto no Quadro 1. Consequentemente, esta Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá não poderá solicitar a sua adesão para aquisição de bilhetes aéreos nacionais diretamente com as companhias aéreas, de acordo com o modelo Compra Direta do MGI, por meio da integração com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, até o segundo semestre de 2026. Ressalta-se que a não adoção do modelo de Compra Direta não decorre de opção discricionária da Administração, mas de limitação operacional imposta pelo cronograma de expansão definido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o que inviabiliza, no momento, a adesão ao referido modelo.

Quadro 1 - Cronograma de implantação do serviço.

Órgãos nos quais o serviço já foi implantado, em caráter piloto	
	<ul style="list-style-type: none">• Presidência da República• Casa Civil• Gabinete de Segurança Institucional (GSI)

Órgãos da Presidência da República	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria-Geral • Secretaria de Relações Institucionais • Secretaria de Comunicação Social (Secom)
Ministérios e Órgãos do Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Advocacia-Geral da União (AGU) • Controladoria-Geral da União (CGU) • Ministério da Fazenda • Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos • Ministério da Igualdade Racial • Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional • Ministério das Cidades • Ministério das Comunicações • Ministério das Mulheres • Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania • Ministério do Planejamento e Orçamento

7.5 O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público informa que, **em breve, o modelo de Compra Direta de Passagens Aéreas estará disponível nos demais órgãos.**

7.6 Portanto, após a análise do mercado atual, concernente às empresas que atuam na prestação de serviços de agenciamento de viagens para o transporte aéreo de pessoas, conclui-se que há plena viabilidade de atendimento do objeto pretendido, uma vez que há inúmeras empresas disponíveis, em nível nacional, regional e local, aptas a prestar o serviço proposto neste ETP. Em consequência, há a possibilidade de ampla participação de interessados na contratação, favorecendo-se a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.6.1 A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Amapá, conforme registro no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sob o identificador da futura contratação nº 250014-12/2025, classificada na categoria "Serviços de agência de viagens, operadoras de turismo e guias turísticos", evidenciando sua compatibilidade com o planejamento institucional e com as necessidades administrativas previamente identificadas, em conformidade com o disposto no Artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Descrição da solução como um todo

8.1 Escolha da Solução

8.1.1 Dentre as possíveis soluções identificadas para atendimento das necessidades de deslocamento de servidores da SMSA/AP, destacam-se:

8.1.1.1 A aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas; e

8.1.1.2 A contratação de serviços de agenciamento de viagens para gestão da aquisição de passagens aéreas.

8.1.2 Por características do mercado, a aquisição de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas pode reduzir, em determinados cenários, as possibilidades de obtenção de preços mais vantajosos, em razão da ausência de intermediação especializada e da limitação de ferramentas de comparação simultânea de tarifas.

8.1.3 Diante dessas circunstâncias, é bastante comum, no âmbito da Administração Pública Nacional, a contratação de serviços de agenciamento para aquisição de passagens aéreas, estratégia essa que simplifica e torna mais célere os procedimentos de compras de passagens, tendo em vista a especialização dos operadores desse mercado, os quais disponibilizam sistemas informatizados, via Rede Mundial de Computadores, e integrados aos portais de compras das companhias aéreas, permitindo a seleção do melhor preço dentre as ofertas disponibilizadas para o trecho de viagem escolhido, bem como o aproveitamento de economia de escala, que se manifesta por meio de benefícios e descontos oferecidos pelas companhias, devido ao volume de operações realizadas pela agência de viagens.

8.1.4 Dessa forma, a partir do levantamento do mercado, a Equipe de Planejamento da Contratação concluiu que a **solução apropriada para o problema elencado neste Estudo Técnico Preliminar é a contratação de agência de viagens para a prestação de serviços de cotação, reserva, marcação, remarcação ou cancelamento de passagens aéreas, em voos domésticos, destinados aos deslocamentos de servidores, no desempenho de suas atividades institucionais, no interesse da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá.**

8.2 Especificação da Solução

8.2.1 O serviço continuado de *agenciamento de viagem*, por via aérea, compreende a emissão, a alteração ou o cancelamento de bilhete de passagem aérea. Esse serviço é prestado por uma agência de viagem, a qual atua como uma intermediária perante uma companhia aérea (de transporte de pessoas). O voo é realizado em aeronave de propriedade de companhia aérea; a agência de viagem, portanto, encarrega-se da emissão do bilhete de passagem aérea (ou de sua alteração ou de seu cancelamento). Dessa forma, a agência de viagem é a compradora do bilhete, enquanto a companhia aérea é a vendedora.

8.2.2 Tomando-se como base o preço do bilhete de um determinado trecho, constata-se, facilmente, que o mesmo é variável ao longo do tempo, seja em escala de horas, seja em escala de dias, seja de uma companhia aérea para outra. Assim, devemos considerar que o preço do bilhete tem *cotação variável no tempo*. Devido a isso, é possível a contratação de serviço terceirizado para o monitoramento da melhor cotação do período, ou seja, para a consecução da proposta mais vantajosa para a Administração, o que pode ser feito por uma agência de viagem.

8.2.3 Considerando-se a relação descrita acima entre agência de viagem e companhia aérea e a cotação variável do bilhete de passagem aérea, concluímos que a solução consiste em contratar agência de viagem para prestar serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhete de passagem aérea para trecho pré-selecionado de deslocamento de servidor.

8.2.4 Uma vez que a SMSA/AP no exercício de suas competências institucionais, necessita viabilizar de forma recorrente viagens de seus servidores para outros pontos do território nacional, tanto para o cumprimento de missão de serviço, quanto para a participação em eventos de capacitação de interesse da Administração, a solução escolhida atenderia, plenamente, a uma necessidade permanente do órgão.

8.2.5 A aquisição de passagens aéreas por esse modelo, considerando as necessidades da SMSA/AP indicadas anteriormente, que algumas vezes ocorre em situações que requerem um certo grau de urgência, possibilitará, simultaneamente, celeridade, melhor programação da viagem e melhor preço, fatores esses que são de difícil conciliação; principalmente, nas ocorrências de compras em pequenos intervalos de tempo em relação à data da viagem, tendo em vista o caráter volátil dos níveis de preços praticados pelas companhias aéreas.

8.2.6 Nesse contexto, cabe registrar que a contratação de serviços de agenciamento de viagem para gestão de passagens aéreas constitui necessidade permanente da SMSA/AP, com o objetivo de viabilizar viagens a serviço e a participação de servidores em eventos de capacitação de interesse institucional, o que a classifica como serviços de natureza continuada.

8.2.7 A opção por contratar serviço de agenciamento de viagens, portanto, justifica-se pela celeridade e eficiência na aquisição de cada bilhete aéreo. A centralização das operações via sistema com opção de cotação eletrônica, reserva e marcação de passagens de todas as companhias aéreas facilita a busca e comparação de preços de forma mais rápida que em pesquisas feitas de forma separada em cada companhia aérea.

8.2.8 Por sua vez, alterações de voos e remarcações, que eventualmente ocorram durante o exercício, também podem ser resolvidas de forma direta e satisfatória, evitando que servidores da SMSA/AP incluam, dentre as suas atividades, procedimentos destinados a tentar resolver pendências com centrais de atendimento das companhias aéreas.

8.2.9 Tendo-se em vista a solução escolhida, cabe destacar que o entendimento do Tribunal de Contas da União, como exarado no Acórdão 1545/2017-Plenário, é no sentido de que há a necessidade de licitação, previamente, à contratação dos serviços de agenciamento para a aquisição de passagens aéreas, por haver viabilidade de competição entre agências de viagem.

8.2.10 Nesse caso, o modelo que será adotado para a apresentação da proposta na licitação será a oferta do maior desconto a ser aplicado sobre os valores das passagens aéreas. Em face do caráter volátil dos preços das passagens, aliado às situações de imprevisibilidade no momento da aquisição e à necessidade de usufruir de benefícios de economia de escala, a oferta do maior desconto apresenta-se como mecanismo mais adequado para o alcance da maior vantajosidade, conforme práticas consolidadas em contratações similares da Administração Pública Federal e entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

8.2.11 Adotaremos esse modelo porque, durante a realização destes estudos, verificou-se que, em contratações similares realizadas por órgãos públicos, têm sido adotada a metodologia de concessão de desconto sobre os valores estimados da contratação, isto é, o mercado de agenciamento de viagens não tem cobrado taxa para a prestação dos serviços, mas sim aplicado um percentual de desconto sobre o valor das passagens adquiridas.

8.2.12 Nesse sentido, estamos adotando o critério de julgamento do *maior percentual de desconto*, a ser aplicado sobre o preço da passagem que fora comprada da companhia aérea, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas, disponíveis no momento da compra e sobre as tarifas de bagagens, eventualmente, cobradas pela companhia aérea, *excluídas as taxas de embarque/desembarque*, para o julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade a serem definidos no edital da pertinente licitação.

8.2.13 Assim, para a pretendida contratação, a seleção do fornecedor será feita por licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, pelo critério de julgamento do *maior desconto* concedido sobre o preço da passagem.

8.2.14 Destaca-se que, no referido modelo, o percentual de desconto não incidirá sobre a taxa de agenciamento, tendo em vista a sua natureza distinta em relação às passagens aéreas. A taxa de agenciamento constitui remuneração consagrada no mercado em face da

prestação do serviço de agenciamento devida às agências de viagens, possuindo, em geral, valor fixo durante a vigência contratual. A taxa de agenciamento, portanto, não possui o comportamento volátil apresentado pelas passagens aéreas, as quais, precipuamente, têm suas precificações originárias estabelecidas pelas companhias aéreas. A taxa de agenciamento constituirá, portanto, parcela de custo unitário fixo em relação ao valor total de cada operação de aquisição de passagem aérea. Diante dessa abordagem, para a taxa de agenciamento, será adotado o valor médio representativo da faixa de mercado, obtido a partir de pesquisa de preços realizada em contratações similares da Administração Pública Federal ou cotações junto a fornecedores do ramo, observando-se, sempre que possível, os parâmetros constantes do Painel de Preços do Governo Federal e demais bases oficiais.

8.2.15 Ressalta-se que o critério de julgamento *maior desconto*, concedido sobre a aquisição de passagem aérea emitida, fundamenta-se no Artigo 6º, Inciso XLI, e no Artigo 33, Inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.16 Será adotado um percentual mínimo de desconto como condição para aceitação da proposta na licitação, a fim de evitar propostas sem ganho econômico efetivo para a Administração e assegurar a obtenção de vantajosidade na contratação.

8.2.17 Ao definir um valor de desconto mínimo, como condição para aceitação da proposta na licitação, buscar-se-á alcançar a economia de escala, fator natural das relações mercadológicas envolvidas na execução do objeto.

8.2.18 Em vista disso, o presente Estudo Técnico Preliminar intenta trazer à fase de planejamento da contratação uma abordagem mercadológica que deve ser considerada na definição de critérios e condições mais vantajosas à Administração, considerando os potenciais de economia de escala, em conformidade com o prescrito no Artigo 18, *caput*, e Inciso VII, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 Tendo-se em mente que objeto semelhante ao pretendido pela contratação em estudo já foi praticado por esta Administração, a estimativa preliminar das quantidades levará em consideração o histórico de consumo praticado naquele e observará, precipuamente, as necessidades planejadas pelas unidades administrativas da SMSA/AP.

9.2 Observando-se esse entendimento, passemos a analisar os seguintes quantitativos:

9.2.1 Quantidade Estimada de Bilhetes

9.2.1.1 Quantidade de Bilhetes Emitidos no Período de Execução da Última Contratação

9.2.1.1.1 A quantidade de bilhetes emitidos durante a execução da última contratação está exibida na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de bilhetes emitidos na última contratação.

Mês/Ano	Trecho	Quantidade de Bilhetes por Trecho	Total de Bilhetes Emitidos por Mês
Abril/2024	Macapá/AP - Brasília/DF	1	2
	Brasília/DF - Macapá/AP	1	
Maio/2024	Macapá/AP - Brasília/DF	4	8
	Brasília/DF - Macapá/AP	4	
Junho/2024	Macapá/AP - Brasília/DF	2	3
	Brasília/DF - Macapá/AP	1	
Setembro/2024	Macapá/AP - Brasília/DF	1	2
	Brasília/DF - Macapá/AP	1	
Novembro/2024	Macapá/AP - Brasília/DF	6	12
	Brasília/DF - Macapá/AP	6	
Dezembro/2024	Macapá/AP - Rio de Janeiro/RJ	3	6
	Rio de Janeiro/RJ - Macapá/AP	3	
Total de Bilhetes Emitidos no Período de Abril a Dezembro de 2024			33

9.2.1.1.2 De acordo com a Tabela 1, a quantidade de bilhetes emitidos, de abril de 2024 a dezembro de 2024, foi de 33 (trinta e três) bilhetes.

9.2.1.2 Quantidades Demandadas nos Planejamentos das Unidades Administrativas da SMSA/AP

9.2.1.2.1 As unidades administrativas da SMSA/AP foram consultadas a respeito de suas necessidades de consumo de transporte aéreo de servidores, para os exercícios de 2025 e 2026, respondendo positivamente as unidades Divisão de Transferências de Recursos (DITRE/AP), Serviço de Logística Administrativa (SELOA/AP), Gabinete (GAB/AP) e Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa (SEINP/AP), as quais são as principais unidades demandantes por transporte aéreo, quando se trata de deslocamentos necessários para a participação de servidores em eventos presenciais de capacitação em outras unidades da federação ou quando se trata de representações e soluções de demandas de interesse institucional da SMSA/AP, como é o caso do Gabinete. O resultado dessa consulta está expresso na Tabela 2.

Tabela 2 - Planejamento da quantidade de bilhetes pelas unidades administrativas da SMSA/AP.

Mês/Ano	Trecho	Quantidade de Bilhetes Solicitados por Trecho					Total de Bilhetes Solicitados por Mês
		Unidade Administrativa					
		DITRE/AP	SEGEF/AP	SEINP/AP	SELOA/AP	GAB/AP	
Novembro/2025	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	0	1	1	10
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	0	1	1	
	Macapá/AP - Fortaleza/CE	0	0	0	0	2	
	Fortaleza/CE - Macapá/AP	0	0	0	0	2	
Dezembro/2025	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	0	0	2	6
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	0	0	2	
Janeiro/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	1	1	1	8
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	1	1	1	
Fevereiro/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	0	0	1	4
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	0	0	1	
Março/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	0	1	1	6
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	0	1	1	
Abril/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	0	0	1	6
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	0	0	1	
	Macapá/AP - Rio de Janeiro/RJ	0	0	0	0	1	
	Rio de Janeiro/RJ - Macapá/AP	0	0	0	0	1	
Maio/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	3	0	1	14
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	3	0	1	
	Macapá/AP - Manaus/AM	0	0	0	0	2	
	Manaus/AM - Macapá/AP	0	0	0	0	2	
Junho/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	3	1	0	1	2	14
	Brasília/DF - Macapá/AP	3	1	0	1	2	
Julho/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	2	0	0	1	12
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	2	0	0	1	
	Macapá/AP - Belém/PA	0	0	0	1	2	
	Belém/PA - Macapá/AP	0	0	0	1	2	
Agosto/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	3	0	1	10
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	3	0	1	
Setembro/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	3	2	0	1	1	14
	Brasília/DF - Macapá/AP	3	2	0	1	1	
Outubro/2026	Macapá/AP - Brasília/DF	0	1	3	0	1	16
	Brasília/DF - Macapá/AP	0	1	3	0	1	
	Macapá/AP - São Paulo/SP	0	0	0	1	2	
	São Paulo/SP - Macapá/AP	0	0	0	1	2	
Total de Bilhetes Solicitados pela Unidades		12	28	20	14	46	120

9.2.1.2.2 Observado o total de bilhetes necessários ao atendimento das demandas das unidades administrativas da SMSA/AP para o período de novembro de 2025 a outubro de 2026, conclui-se que esse quantitativo é superior ao consumo registrado na execução do último contrato de agenciamento de viagens. Assim, a diferença entre a quantidade de bilhetes requeridos e a quantidade de bilhetes anteriormente consumidos será considerada como reserva técnica, destinada a mitigar riscos de descontinuidade do serviço e garantir atendimento a demandas supervenientes.

9.2.1.2.3 A ampliação do quantitativo em relação ao histórico (33 bilhetes) decorre de três fatores principais:

I – Retomada integral das atividades presenciais institucionais;

II – Ampliação da participação em eventos de capacitação e articulação interfederativa; e

III – Subdimensionamento do contrato anterior, evidenciado pela limitação orçamentária e operacional vigente à época.

9.2.1.2.4 Dessa forma, o histórico anterior não reflete plenamente a demanda real da unidade.

9.2.1.2.5 Em virtude da existência de excepcionalidades, não há como precisar exatamente a totalidade das demandas dessas unidades administrativas, as quais vão requerer a aquisição de passagens aéreas durante todo o exercício financeiro, tendo em vista o caráter circunstancial da maior parte delas.

9.2.1.3 Dessa maneira, a quantidade estimada de bilhetes será de *120 (cento e vinte) unidades, para um período de 12 (doze) meses*.

9.2.2 Quantidade Estimada de Serviços de Agenciamento de Viagem

9.2.2.1 O serviço de agenciamento de viagens abrange a cotação, a reserva, a marcação, a remarcação ou o cancelamento de passagens aéreas.

9.2.2.2 Para a pretendida contratação, adotaremos que, para que um bilhete seja considerado emitido, o serviço de agenciamento deve compreender, pelo menos, as atividades de cotação, reserva e marcação.

9.2.2.3 Também adotaremos que um bilhete emitido e cancelado no mesmo dia será considerado como uma atividade sem custos para a Administração Pública.

9.2.2.4 Por fim, adotaremos que a quantidade estimada de serviços de agenciamento de viagens será 10% (dez por cento) superior à quantidade estimada de bilhetes, com base em padrões observados em contratações similares da Administração Pública Federal e em dados históricos de execução contratual.

9.2.2.5 Desse modo, a quantidade estimada de serviços de agenciamento de viagens será, aproximadamente, igual a *132 (cento e trinta e duas unidades), para um período de 12 (doze) meses*.

9.3 Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.3.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas, para um período de 12 (doze) meses de contratação, está discriminada na Tabela 3, de acordo com os valores encontrados nos subitens anteriores.

Tabela 3 - Estimativas das quantidades a serem contratadas.

Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada para 12 meses
Bilhete de Passagem Aérea	Unidade	120
Serviço de Agenciamento de Viagem	Unidade	132

9.4 Metodologia de Estimativa dos Quantitativos

9.4.1 A estimativa de quantitativos foi construída com base em três pilares:

9.4.1.1 Histórico de consumo. Foram considerados os dados do contrato anterior (2023/2024), bem como o volume total de passagens emitidas no período.

9.4.1.2 Levantamento interno. Foi realizada consulta às unidades da SMSA/AP, por meio de Ofício Circular, para identificação de demandas previstas. Destaca-se que nem todas as unidades conseguiram estimar quantitativos, em razão da natureza imprevisível das demandas institucionais.

9.4.1.3 Ajuste técnico. Considerando a subnotificação das unidades e a recorrência de demandas emergenciais (especialmente convocações para Brasília/DF), aplicou-se fator de correção com base na média histórica anual, resultando na estimativa final.

9.4.2 Dessa forma, o quantitativo adotado busca garantir a continuidade do serviço, evitando tanto a subestimação quanto o desperdício de recursos públicos.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 275.494,92

10.1 A estimativa do valor da contratação é composta pelos preços estimados dos serviços ao longo do período de execução previsto para o contrato, que é de 12 (doze) meses.

10.1.1 Estimativa do Preço Unitário do Bilhete de Passagem Aérea do Extinto Contrato nº 1/2024

10.1.1.1 O preço unitário do bilhete de passagem aérea da última contratação vigente (Extinto Contrato nº 1/2024) pode ser estimado a partir de dados obtidos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, utilizado pela SMSA/AP durante a execução do contrato em comento, o qual esteve vigente no período de 08/01/2024 a 08/01/2025, consoante instrução do Processo Administrativo nº 25013.000054/2023-51.

10.1.1.2 Após a obtenção do preço unitário do bilhete de passagem aérea do extinto Contrato nº 1/2024, por métodos estatísticos próprios, aquele será atualizado com aplicação do índice oficial de correção IPCA/IBGE, dado que se trata do índice que corrige o Orçamento da União, conforme Emenda Constitucional nº 95/2016.

10.1.1.3 Os dados extraídos do SCDP foram tratados e dispostos em *ordem crescente* dos valores totais das passagens aéreas, como pode ser observado na última coluna da Tabela 4, no atributo "**Total da Passagem (R\$)**".

10.1.1.4 A partir dos dados apresentados na Tabela 4, poderemos estimar o preço unitário do bilhete de passagem aérea pela *mediana*. A mediana é o valor central em um conjunto de dados ordenados. Para encontrá-la, primeiro devemos ordenar os números do menor para o maior. Se a quantidade de números for ímpar, a mediana é o número do meio. Se a quantidade for par, a mediana é a média dos dois números centrais. A utilização da mediana visa mitigar a influência de valores extremos (*outliers*), garantindo maior representatividade do preço típico praticado.

Tabela 4 - Despesa com passagens aéreas no período de abril de 2024 a dezembro de 2024, na execução do Contrato nº 1/2024.

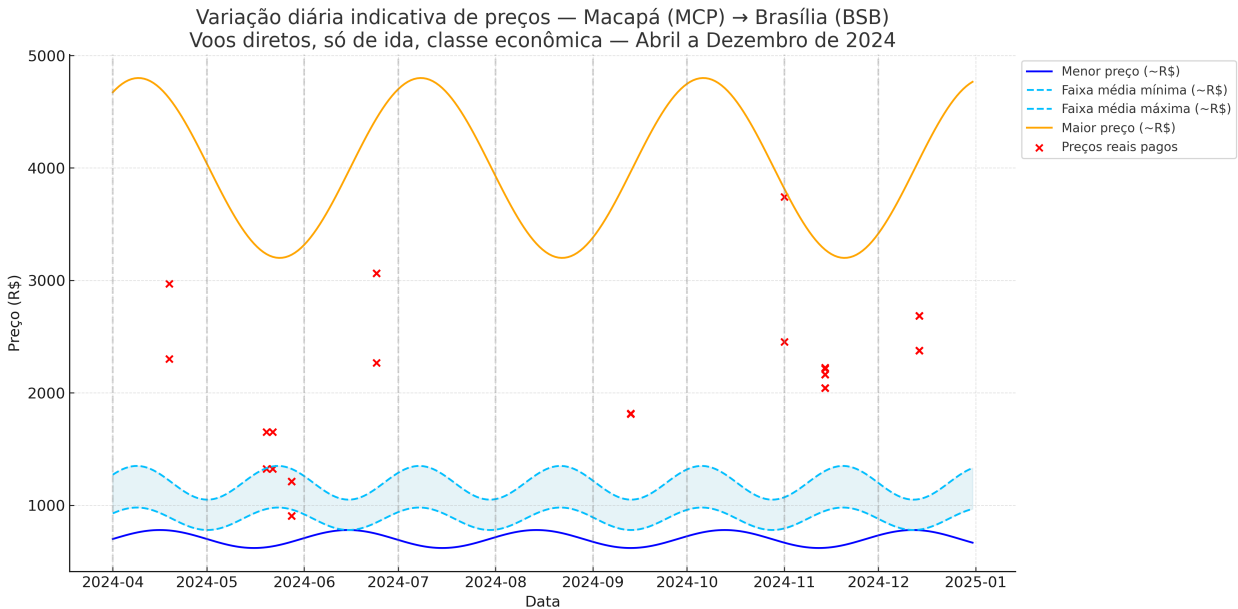
Ordem	Data de Emissão	Número do Bilhete	Tarifa (R\$)	Taxa de Embarque/Desembarque (R\$)	Total da Passagem (R\$)
1ª	28/05/24	9572158573798	906,36	29,51	935,87
2ª	28/05/24	9572158571771	906,36	29,51	935,87
3ª	28/05/24	9572158573798	1.211,08	40,20	1.251,28
4ª	28/05/24	9572158571771	1.211,08	40,20	1.251,28
5ª	22/05/24	110005065433	1.322,97	29,51	1.352,48
6ª	20/05/24	110005065432	1.322,97	29,51	1.352,48
7ª	22/05/24	9572157523611	1.650,61	40,20	1.690,81
8ª	20/05/24	9572157530271	1.650,61	40,20	1.690,81
9ª	13/09/24	9572173931935	1.816,99	30,95	1.847,94
10ª	13/09/24	110005067990	1.811,38	40,20	1.851,58
11ª	14/11/24	9572207451466	2.044,13	40,20	2.084,33
12ª	14/11/24	9572207452055	2.044,13	40,20	2.084,33
13ª	14/11/24	9572207461915	2.044,13	40,20	2.084,33
14ª	14/11/24	9572207460993	2.044,13	40,20	2.084,33
15ª	14/11/24	1272127077543	2.164,15	30,95	2.195,10
16ª	14/11/24	1272127078633	2.164,15	30,95	2.195,10
17ª	14/11/24	1272127082016	2.164,15	30,95	2.195,10
18ª	14/11/24	1272127081754	2.164,15	30,95	2.195,10
19ª	14/11/24	1272127081956	2.223,17	30,95	2.254,12
20ª	14/11/24	9572207462711	2.214,01	40,20	2.254,21
21ª	24/06/24	9572162661477	2.267,65	29,51	2.297,16
22ª	19/04/24	110005064593	2.302,03	29,51	2.331,54
23ª	14/12/24	9572211725127	2.376,63	32,10	2.408,73
24ª	14/12/24	9572211725128	2.376,63	32,10	2.408,73
25ª	14/12/24	9572211725129	2.376,63	32,10	2.408,73
26ª	01/11/24	9572205411398	2.452,78	30,95	2.483,73
27ª	14/12/24	9572211725127	2.685,60	40,20	2.725,80
28ª	14/12/24	9572211725128	2.685,60	40,20	2.725,80
29ª	14/12/24	9572211725129	2.685,60	40,20	2.725,80
30ª	19/04/24	1272115159107	2.971,49	40,20	3.011,69
31ª	24/06/24	9572162661477	3.063,43	40,20	3.103,63
32ª	24/06/24	9572162660234	3.063,43	40,20	3.103,63
33ª	01/11/24	9572205411398	3.744,10	40,20	3.784,30
Total de Despesa com Passagens Aéreas no Período de Abril a Dezembro de 2024 (R\$)					71.305,72

10.1.1.5 Posto que os dados da Tabela 4 estão agrupados em ordem crescente, para os totais das passagens aéreas, e a quantidade de números é ímpar (33), pode-se afirmar que a classe mediana encontra-se na linha da 17ª ordem, a qual foi destacada na tabela.

10.1.1.6 Desse modo, o preço unitário do bilhete de passagem aérea, praticado na contratação anterior, no período de abril a dezembro de 2024, estimado pela mediana, é de, exatamente, **R\$ 2.195,10** (dois mil cento e noventa e cinco reais e dez centavos). Esclarece-se que os valores totais das passagens aéreas já incluem as taxas de embarque e desembarque.

10.1.1.7 Os preços pagos na execução do Contrato nº 1/2024, apresentados na Tabela 4, podem ser comparados com os preços mínimos e máximos diários disponibilizados pelas companhias aéreas que operam no Trecho Macapá/AP - Brasília/DF, no mesmo período de consumo da SMSA/AP, para passagem única só de ida, em classe econômica, como exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Comparação entre preços pagos e previstos.



10.1.1.8 O valor estimado da contratação foi obtido a partir da multiplicação da quantidade estimada de bilhetes pelo valor unitário mediano atualizado, acrescido da estimativa dos custos relacionados aos serviços de agenciamento de viagens, conforme metodologia descrita neste item.

10.2 Estimativa do Preço Unitário do Bilhete de Passagem Aérea para a Contratação Pretendida

10.2.1 A estimativa do preço unitário do bilhete de passagem aérea para a contratação pretendia está expressa na Tabela 5.

Tabela 5 - Preço unitário do bilhete de passagem aérea atualizado pelo IPCA/IBGE.

Data de Emissão do Bilhete	Preço Unitário Estimado do Bilhete do Contrato nº 1/2024	IPCA/IBGE	Preço Unitário Estimado
14/11/2024	R\$ 2.195,10	1,04586680	R\$ 2.295,78

10.2.2 Esclarece-se que o preço unitário estimado (R\$ 2.295,78) foi obtido da multiplicação do índice IPCA/IBGE (1,04586680) pelo preço unitário estimado do bilhete do Contrato nº 1/2024 (R\$ 2.195,10).

10.2.3 Portanto, a estimativa do preço unitário do bilhete de passagem aérea para a contratação pretendida é de, aproximadamente, **R\$ 2.295,78** (dois mil duzentos e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos).

10.3 Estimativa do Valor da Contratação

10.3.1 A estimativa do valor da contratação pretendida está expressa na Tabela 6, para o período de 12 (doze) meses.

Tabela 6 - Valor da contratação.

Descrição do Serviço	Quantidade		Valor Estimado da Contratação		
	Mensal	Anual	Preço Unitário do Bilhete	Preço Mensal do Serviço	Preço Anual do Serviço
Aquisição de Passagens Aéreas	10	120	R\$ 2.295,78	R\$ 22.957,80	R\$ 275.493,60
Agenciamentos de Viagens	11	132	R\$ 0,01	R\$ 0,11	R\$ 1,32
Total da Contratação				R\$ 22.957,91	R\$ 275.494,92

10.3.2 Por se tratarem de meras estimativas de despesa, as quantidades totais não constituem, em nenhuma hipótese, compromisso futuro para a contratante, razão pela qual não poderá ser exigida nem considerada como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com a necessidade da contratante, sem que isso justifique qualquer indenização à contratada.

10.3.3 Ressalta-se que o valor estimado da contratação constante deste Estudo Técnico Preliminar (R\$ 275.494,92) difere do valor inicialmente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 (R\$ 229.401,48), em razão do refinamento metodológico promovido na fase de planejamento da contratação. A estimativa do ETP foi elaborada com base em dados atualizados do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), aplicação de tratamento estatístico por mediana, correção monetária pelo IPCA/IBGE e ampliação dos quantitativos estimados, decorrente da retomada das atividades presenciais, aumento da demanda institucional e necessidade de constituição de reserva técnica para atendimento de demandas supervenientes. Dessa forma, a divergência observada decorre de aprimoramento técnico da estimativa inicial, não representando inconsistência, mas sim maior aderência à realidade operacional da Administração.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais configura um objeto único e indivisível, motivo pelo qual não é recomendada a sua contratação em separado.

11.2 Em decorrência disso, a divisão em lotes, implicaria em fragmentação de serviços intrinsecamente interligados, comprometendo sua eficiência e gerando diversos riscos e desvantagens, como o aumento dos custos administrativos, de gerenciamento e de acompanhamento dos contratos, além de redução do poder de negociação da SMSA/AP com prestadores de agenciamento de viagens, diminuindo as chances de obter preços mais vantajosos, causando assim impacto orçamentário negativo para SMSA/AP.

11.3 Nessa conjuntura, a não fragmentação do objeto se apresenta como a única solução para a administração pública, considerando que a contratação em lote único permitirá a obtenção de um serviço mais eficiente, econômico e de melhor qualidade, atendendo de forma mais eficaz às necessidades desta SMSA/AP.

11.4 Dessa forma, o parcelamento da solução escolhida não se aplica ao serviço de agenciamento de viagens, para o fornecimento de passagens aéreas.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Atualmente, não foram localizadas, no âmbito da SMSA/AP, contratações correlatas à pretendida contratação de serviço de agenciamento de viagens, destinado ao fornecimento de passagens aéreas.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A contratação está alinhada ao planejamento conforme o Documento de Formalização da Demanda nº 6/2025. No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a contratação está identificada por meio dos seguintes dados:

- a) Id pca PNCP: 00394544000185-0-000048/2025;
- b) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- c) Identificador da Futura Contratação: 250014-12/2025;
- d) Id do Item no PCA: 9.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. São benefícios diretos a serem alcançados:

- a) Agilidade na prestação de serviços;
- b) Redução de gastos da Administração com a eliminação dos custos de manutenções de aeronaves;
- c) Aprimoramento da gestão sobre terceirização de serviços acessórios;

d) Fornecimento de passagens aéreas a servidores que se afastarem da sede da SMSA/AP, em objeto de serviço, eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional;

e) Participação de servidores da SEMS/AP em eventos de capacitação e de aperfeiçoamento que ocorram fora da sede do órgão e necessitem de deslocamento aéreo; e

f) Aquisição de passagens aéreas que leve em consideração a melhor programação da viagem, aliada ao melhor preço e ganho de escala, por meio de desconto concedido pela contratada.

14.2. São benefícios indiretos a serem alcançados:

a) Eliminação dos custos fixos e variáveis com aeronaves;

b) Desnecessidade de realização de inventários físicos;

c) Menores investimentos em capacitação técnica dos servidores envolvidos com as atividades de manutenção e conservação das aeronaves; e

d) Eliminação de desperdícios com a aquisição excessiva ou mal planejada de materiais de consumo, tais como aquisições de combustíveis.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 A contratação pretendida de serviço de agenciamento de viagens, para o fornecimento de passagens aéreas, não requer providências prévias relevantes para receber a solução encontrada, tendo-se em vista que a infraestrutura local, os recursos materiais e humanos existentes são suficientes para o atendimento da demanda.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 A aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública deve considerar medidas que reduzam a utilização de elementos que possam prejudicar o meio ambiente, a exemplo de documentos que possam ser impressos como programações de voos, bilhetes e etiquetas. Sempre que possível, deve ser dada preferência à utilização de documentos em formato digital. Na hipótese de utilização de documentos impressos, por exemplo, devem ser utilizadas formas de descarte que estejam inseridas em procedimentos de logística reversa.

16.2 A fim de atender ao disposto no Artigo 63, Inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, deverá ser exigida do prestador, como critério de habilitação para a contratação, declaração de que atende aos requisitos previstos na Lei, fazendo também constar, como obrigação contratual, a manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência contratual, prevendo o direito do contratante de fiscalizar o cumprimento dos compromissos assumidos, bem como de aplicar as sanções contratuais em caso de descumprimento.

16.3 O agenciamento de viagens aéreas contribui para impactos ambientais por meio da promoção e do aumento da demanda por transporte aéreo, uma atividade altamente poluente. A responsabilidade das agências, embora indireta, é significativa na medida em que incentivam ou não práticas mais sustentáveis.

16.4 Os principais impactos ambientais são:

16.4.1 Emissão de gases poluentes

16.4.1.1 A queima de combustíveis fósseis, como o querosene, pela aviação comercial é um grande fator de emissão de dióxido de carbono (CO₂).

16.4.2 Poluição do ar

16.4.2.1 A queima do querosene libera compostos voláteis e partículas, como aerossóis, que afetam a qualidade do ar, especialmente em áreas próximas a aeroportos.

16.4.3 Poluição sonora

16.4.3.1 O ruído gerado por aeronaves durante decolagens e pousos é uma forma de poluição que impacta a saúde humana e a vida selvagem ao redor de aeroportos.

16.4.4 Poluição do solo e da água

16.4.4.1 Operações aeroportuárias podem levar à contaminação do solo e de corpos d'água por resíduos, derramamentos de combustíveis e outras substâncias.

16.4.5 Impacto na biodiversidade

16.4.5.1 A construção e expansão de aeroportos ocupam grandes áreas de terra, afetando ecossistemas, alterando cursos de rios e perturbando a vida selvagem e a biodiversidade local.

16.5 O papel das agências de viagens

16.5.1 As agências de viagens exercem um *papel indireto*, mas importante, sobre esses impactos, pois influenciam as escolhas dos viajantes. Elas podem:

16.5.1.1 Incentivar viagens com menor pegada de carbono

16.5.1.1.1 Oferecendo opções com menos escalas ou sugerindo rotas que otimizem a eficiência do voo.

16.5.1.2 Compensar as emissões de carbono

16.5.1.2.1 As agências podem oferecer programas de compensação de carbono, investindo em projetos ambientais para neutralizar as emissões durante a realização dos voos.

16.5.1.3 Promover parcerias sustentáveis

16.5.1.3.1 Optar por companhias aéreas que utilizam combustíveis mais sustentáveis ou que tenham iniciativas ambientais robustas.

16.5.1.4 Conscientizar os passageiros

16.5.1.4.1 Educar os consumidores sobre os impactos ambientais de suas escolhas e a importância de práticas sustentáveis durante as viagens.

17. Declaração de Observância de Publicidade

17.1. De acordo com o Artigo 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, a qual dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

17.2. Por seu turno, a Lei nº 12.527/2011 prevê que:

CAPÍTULO II

DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e

III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

(...)

Seção II

Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

III - reservada: 5 (cinco) anos.

§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 3º Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Seção III

Da Proteção e do Controle de Informações Sigilosas

Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotarás as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.

17.3. Nesse sentido, analisando as informações prestadas neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos que, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não há informação sigilosa e não há informação pessoal, de modo que o conteúdo deste documento poderá ser amplamente divulgado.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1.1 Tendo-se em vista os princípios da economicidade, vantajosidade, legalidade, eficiência e do interesse público, a contratação é viável, não havendo qualquer impedimento de ordem administrativa ou legal para a contratação pretendida na forma deste Estudo Técnico Preliminar.

18.1.2 A pretendida contratação apresenta o melhor custo/benefício, segundo os estudos realizados pela equipe de contratação.

18.1.3 A gestão dos ativos é realizada pela contratada, resultando em menor custo operacional para a SMSA/AP.

18.1.4 Conclui-se pela correta adequação da solução proposta, adotando-se o modelo de contratação de serviço de agenciamento de viagens, mediante a utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, de modo que possibilite a centralização de todas as operações de aquisição e gerenciamento de passagens aéreas, permitindo obter a melhor programação da viagem aliada ao melhor preço e ganho de escala, usufruindo de desconto concedido pela contratada, no valor percentual a ser indicado em sua proposta quando da correspondente licitação.

18.1.5 Em vista disso, apresentamos o presente Estudo Técnico Preliminar, em concordância com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao caso. Sendo que os integrantes requisitante e técnico aprovam o seu teor e atestam a viabilidade da contratação, seja pelos preços aplicados na presente contratação apresentado, seja pelas questões técnicas e econômicas aplicadas ao presente caso, de forma que se considera demonstrada a importância da contratação proposta e a essencialidade da solução apresentada, a fim de viabilizar viagens de servidores, a serviço, bem como suas participações em eventos de capacitação de interesse da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ORIVALDO NAZARENO MONTEIRO DE ATAIDE

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:03:53.

RODRIGO CORREA MERGULHAO

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 10:42:02.

MARIA APARECIDA MENDES SENA

Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 15:30:32.

MACENA CRISTINA DE JESUS MARTINS

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 08:34:07.

SUPERINTENDENCIA DO MINISTERIO DA SAUDE/AP

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	250014-SUPERINTENDENCIA DO MINISTERIO DA SAUDE/AP	ORIVALDO NAZARENO MONTEIRO DE ATAIDE	06/05/2026 18:00 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25013.000155/2025-94

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de agenciamento de viagens, compreendendo cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas em voos domésticos, sendo a remuneração da contratada exclusivamente decorrente do desconto ofertado sobre as tarifas praticadas pelas companhias aéreas, vedada qualquer forma de remuneração adicional.

- 1.1.1. Os valores das passagens aéreas não constituem objeto de remuneração da contratada, sendo caracterizados como valores de repasse, pagos diretamente às companhias aéreas.
- 1.1.2. A remuneração da contratada ocorrerá exclusivamente por meio do desconto ofertado sobre as tarifas, não sendo devido qualquer pagamento adicional a título de taxa de agenciamento.

Tabela 1 - Descrição do objeto.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO	CRITÉRIO
1	3719	Serviço de agenciamento de viagens aéreas	Serviço	1	R\$ 275.494,92	Maior desconto sobre tarifas (%)

- 1.1.3. A estimativa da contratação corresponde ao montante projetado de despesas com aquisição de passagens aéreas durante a vigência contratual, sendo utilizada exclusivamente para fins de planejamento e reserva orçamentária, não constituindo obrigação de contratação nem garantia de faturamento mínimo à contratada.
- 1.1.4. O julgamento será realizado com base no maior desconto incidente sobre as tarifas das passagens aéreas.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, por atender à necessidade pública de caráter permanente e contínuo, sendo a vigência plurianual medida mais vantajosa à Administração, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade para a Administração, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, mantendo-se sua pertinência para o exercício de 2026 em razão da natureza continuada do serviço e da necessidade permanente de atendimento às demandas institucionais, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000048/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;

III) Id do item no PCA: 9;

IV) Classe/Grupo: 678 - SERVIÇOS DE AGÊNCIA DE VIAGENS, OPERADORAS DE TURISMO E GUIA TURÍSTICO;

V) Identificador da Futura Contratação: 250014-12/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de agenciamento de viagens, executados predominantemente por meio digital, os critérios de sustentabilidade são aplicados de forma proporcional, priorizando medidas de racionalização de recursos e redução de impactos ambientais indiretos.

4.1.1. Nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e do Parecer nº 01/2021/CNS/CGU/AGU, adota-se abordagem proporcional, restrita a critérios compatíveis com o objeto:

- a) Utilização de sistemas informatizados para operacionalização dos serviços;
- b) Redução do uso de papel;
- c) Tramitação eletrônica de documentos; e
- d) Racionalização de recursos administrativos.

4.1.2. A abordagem adotada observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da legalidade, eficiência e da vinculação ao instrumento convocatório, aplicáveis à presente contratação.

4.1.3. A presente contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável do órgão, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto principal, sendo permitida apenas a subcontratação de atividades acessórias ou instrumentais, desde que não impliquem transferência de responsabilidade pela execução do objeto contratado, permanecendo o Contratado integralmente responsável perante a Administração.

4.2.1. Não se considera subcontratação a intermediação junto às companhias aéreas para emissão de passagens.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência de garantia contratual, tendo em vista o baixo risco da contratação, a natureza do objeto, a forma de pagamento vinculada à efetiva prestação do serviço e a inexistência de histórico relevante de inadimplemento, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Riscos da Contratação

4.5. Os riscos da contratação encontram-se detalhados na Matriz de Gerenciamento de Riscos, documento integrante do processo administrativo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. O início da execução do objeto dar-se-á a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, conforme definido pela Administração.
- 5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do objeto encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, sem prejuízo da plena observância das disposições estabelecidas neste instrumento.
- 5.1.3. A realização dos serviços deve obedecer aos seguintes prazos:

Quadro 1 - Prazos máximos para atendimento das demandas pela contratada.

DEMANDAS	MEIO UTILIZADO PELA CONTRATANTE EM HORÁRIO COMERCIAL	PRAZOS MÁXIMOS À CONTRATADA
Cotação	Solicitação do serviço pelo SCDP ou Canais de Comunicação	4 horas
Reserva	Solicitação do serviço pelo SCDP	5 horas
Marcação	Solicitação do serviço pelo SCDP	5 horas
Remarcação	Solicitação do serviço pelo SCDP ou Canais de Comunicação	5 horas
Cancelamento	Solicitação do serviço pelo SCDP	4 horas
Reembolso	Solicitação do serviço pelo SCDP	5 horas

5.1.4. Os prazos estabelecidos no Quadro 1 foram definidos com base em parâmetros de mercado e na experiência administrativa do órgão, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar, visando assegurar eficiência e tempestividade no atendimento das demandas.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados de forma remota, por meio de sistema informatizado disponibilizado pelo Contratado, devendo assegurar disponibilidade, segurança e rastreabilidade das operações realizadas.
- 5.3. Os serviços poderão ser prestados no horário de 00:00 às 24:00, desde que observados os prazos máximos estabelecidos no Quadro 1.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas descritas no Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.5.1. Imprescindibilidade de disponibilização de canal de atendimento prioritário à contratante; e
 - 5.5.2. Necessidade de atendimento de situações urgentes.

5.6. O desempenho do contratado será avaliado com base em indicadores de nível de serviço, especialmente quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos, admitindo-se tolerância máxima de 5% de descumprimento mensal.

5.7. O contratado deverá adotar mecanismos que assegurem a seleção da tarifa mais vantajosa disponível no momento da emissão, devendo apresentar, preferencialmente, no mínimo três opções de voos disponíveis no mercado, observados critérios objetivos de equivalência, tais como data, horário, antecedência, classe tarifária, condições de remarcação e política de cancelamento, devidamente justificadas quando não atendido esse quantitativo.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia dos serviços compreenderá a obrigação do Contratado de sanar, sem ônus adicional, quaisquer falhas, inconsistências ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços, inclusive aquelas relacionadas à emissão, remarcação ou cancelamento de passagens, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº 14.133, de 2021.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias serem formalmente registradas por meio de apostilamento.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, indicando, no instrumento de designação, os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do objeto, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de tais irregularidades não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não afastam a aplicação, no que couber, do Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, conforme recepcionado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17.1. A verificação poderá ser realizada por meio de sistemas oficiais, ferramentas de mercado ou plataformas de comparação de tarifas amplamente utilizadas, observando-se sempre as condições equivalentes de data, horário, antecedência e classe tarifária.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, **com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pelo contratado confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão, no recebimento definitivo do serviço.**

6.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Poderá ser indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, especialmente nos casos de descumprimento dos critérios de execução contratual e de vantajosidade na emissão de passagens, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando constatado que o Contratado:

7.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para fins de faturamento, será considerado o período de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva prestação dos serviços.

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou parcialmente, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última ou única medição até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente identificadas.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I – Prazo de validade;

II – Data da emissão;

III – Dados do contrato e do órgão contratante;

IV – Período de execução do contrato;

V – Valor a pagar; e

VI – Eventual destaque dos valores de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado em favor da contratada, que atuará como mera intermediária na aquisição das passagens aéreas, abrangendo exclusivamente:

I – os valores de repasse às companhias aéreas, deduzido o desconto ofertado; e

II – vedada a cobrança de quaisquer taxas adicionais ou a apropriação de valores a título de remuneração diversa daquela prevista neste Termo de Referência.

7.31.1. O pagamento das passagens aéreas será realizado com base nos valores efetivamente praticados pelas companhias aéreas no momento da emissão, deduzido o desconto ofertado pela contratada.

7.31.2. Não haverá pagamento de taxa fixa de agenciamento.

7.31.3. O faturamento deverá discriminar de forma clara e segregada:

I – o valor bruto da tarifa da passagem aérea praticada pela companhia aérea;

II – o valor correspondente ao desconto ofertado pela contratada;

III – o valor líquido efetivamente devido pela Administração; e

IV – a identificação do voo, companhia aérea, data, horário e demais elementos necessários à verificação da conformidade da cobrança.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.39. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.40. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.43.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.44. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e
- i) emitir passagens com valores superiores aos praticados no mercado no momento da contratação, sem justificativa técnica idônea, considerados parâmetros equivalentes de comparação, tais como data, horário, antecedência, classe tarifária e condições comerciais.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima, alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções será realizada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de *e-mail* informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de *e-mail* informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado mediante licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto incidente sobre os valores das tarifas emitidas.

Regime de Execução

9.2. Regime de execução indireta, por preço variável, conforme demanda, sendo a remuneração definida exclusivamente pelo desconto ofertado sobre as tarifas.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital ou patrimônio líquido mínimo de 3% (três por cento) do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações relevantes e das condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Registro ou inscrição da empresa junto a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Atestados de Capacidade Técnica que comprovem que a Contratada executou serviços de agenciamento de viagens, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses;

9.32.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES /MP nº 5, de 2017.

9.32.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF /FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa da contratação corresponde ao montante projetado de despesas com aquisição de passagens aéreas durante a vigência contratual, sendo utilizada exclusivamente para fins de planejamento e reserva orçamentária, não constituindo obrigação de contratação nem garantia de faturamento mínimo à contratada.

10.2. O valor estimado da contratação foi calculado com base no histórico de consumo de passagens aéreas da unidade, constituindo mera estimativa de dispêndio com valores de repasse às companhias aéreas, não representando a remuneração da futura contratada, que será indireta e decorrente do modelo de comercialização das companhias aéreas.

10.3. O valor estimado da contratação é de R\$ 275.494,92 (duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), correspondente à projeção de despesas com aquisição de passagens aéreas durante a vigência contratual, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

10.4. Tal valor constitui mera estimativa de dispêndio, utilizada exclusivamente para fins de planejamento e reserva orçamentária, não representando obrigação de contratação do montante integral nem remuneração da futura contratada.

10.5. A estimativa quantitativa de bilhetes utilizada no ETP possui caráter exclusivamente referencial para composição do valor estimado da contratação, não constituindo item autônomo da disputa.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/250014;

II) Fonte de recursos: 1002000000;

III) Programas de trabalhos resumidos: 173283 e 234612;

IV) Elemento de despesa: 339033; e

V) Plano interno: UGR 250928 e UGR 250014.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações constantes neste Termo de Referência não possuem caráter sigiloso.

12.2. A matriz de gerenciamento de riscos da contratação encontra-se formalizada em documento próprio integrante do processo administrativo.

12.3. O presente Termo de Referência deverá ser interpretado em conjunto com o Estudo Técnico Preliminar, a Matriz de Gerenciamento de Riscos, a consolidação da pesquisa de preços e os demais documentos técnicos constantes do Processo Administrativo nº 25013.000155/2025-94, os quais integram a instrução processual da contratação.

Macapá/AP, 6 de maio de 2026.

MACENA CRISTINA DE JESUS MARTINS

Chefe do Serviço de Logística Administrativa da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá

13. ANEXO I

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



SUPERINTENDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO AMAPÁ

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ORIVALDO NAZARENO MONTEIRO DE ATAIDE

Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 17:10:48.

MACENA CRISTINA DE JESUS MARTINS

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 18:00:06.

SUPERINTENDENCIA DO MINISTERIO DA SAUDE/AP

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	250014-SUPERINTENDENCIA DO MINISTERIO DA SAUDE/AP	ORIVALDO NAZARENO MONTEIRO DE ATAIDE	08/05/2026 14:50 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25013.000155/2025-94

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de agenciamento de viagens para cotação, reserva, marcação, remarcação ou cancelamento de passagens aéreas, em voos domésticos, destinados aos deslocamentos de servidores, no desempenho de suas atividades institucionais, no interesse da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mediante aplicação de percentual de desconto sobre o valor das tarifas aéreas, não sendo admitida a cobrança de taxa de agenciamento ou qualquer outra forma de remuneração direta, e não incidindo o desconto sobre taxas aeroportuárias e demais encargos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em item único devendo o licitante apresentar proposta consistente em percentual de desconto sobre as tarifas aéreas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente licitação não será para Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras>).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o Item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os Itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos Itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o Item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da contratação não será sigiloso. Ressalta-se que os valores referentes às passagens aéreas constituem meros repasses às companhias aéreas, não integrando a remuneração da contratada, nem compondo o critério de julgamento da licitação, que será definido exclusivamente pelo percentual de desconto ofertado sobre as tarifas aéreas.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta contendo o percentual de desconto incidente sobre as tarifas aéreas, observado que tal percentual não incidirá sobre taxas aeroportuárias e demais encargos, bem como que não será admitida a cobrança de taxa de agenciamento ou qualquer outra forma de remuneração adicional.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

- 5.8. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.14. Para fins de julgamento das propostas, será considerado exclusivamente o percentual de desconto ofertado sobre as tarifas aéreas, não compondo a base de cálculo quaisquer valores referentes a taxas aeroportuárias, encargos ou outros valores de repasse às companhias aéreas.
- 5.15. O julgamento das propostas será realizado com base exclusivamente no percentual de desconto ofertado, sendo desconsiderados quaisquer outros valores ou custos indiretos não previstos neste Edital.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Percentual de desconto sobre o valor das tarifas aéreas, correspondente ao item único da licitação.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 6.11.1. O percentual de desconto ofertado incidirá exclusivamente sobre o valor da tarifa aérea, não sendo aplicado sobre taxas aeroportuárias, tarifas de embarque ou quaisquer outros encargos.
- 6.11.2. O licitante deverá considerar, na formulação de sua proposta, todos os custos operacionais necessários à execução do objeto, sendo vedada a cobrança de taxa de agenciamento ou qualquer outra forma de remuneração adicional.

6.11.3. A proposta deverá considerar que os valores das passagens aéreas constituem valores de repasse às companhias aéreas, não compondo a remuneração da contratada.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto incidente sobre o valor das tarifas aéreas.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O modo de disputa adotado nesta licitação será o “aberto e fechado”.

7.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de maior percentual de desconto e os das ofertas com percentuais até 10% (dez por cento) inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem classificatória correspondente ao maior percentual de desconto ofertado.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances com o mesmo percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do maior percentual de desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de desconto constante de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com o percentual de desconto da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) inferior ao maior percentual de desconto ofertado serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.3. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.17.5. No caso de equivalência dos percentuais de desconto apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

7.19.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.19.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. Empresas brasileiras;

7.20.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado apresentar percentual de desconto incompatível com os parâmetros mínimos aceitáveis definidos para a contratação ou revelar-se incompatível com os valores estimativos e condições de mercado, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão da incompatibilidade de sua proposta com os parâmetros de aceitabilidade definidos pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do percentual de desconto ofertado com os parâmetros estimativos e critérios de aceitabilidade definidos neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vícios insanáveis;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar proposta inexecutável, percentual de desconto incompatível com a exequibilidade da contratação ou em desconformidade com os critérios de aceitabilidade definidos neste Edital;

8.6.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. Poderão ser considerados indícios de inexecutabilidade descontos excessivos incompatíveis com os custos operacionais mínimos necessários à adequada execução dos serviços de agenciamento de viagens.

8.8. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros formais na proposta não constituem motivo para desclassificação, podendo ser sanados pelo licitante, desde que não alterem a substância da proposta e não impliquem modificação do percentual de desconto ofertado.

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada, provisoriamente, em primeiro lugar quanto ao percentual de desconto ofertado sobre as tarifas aéreas, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado.

8.13. O pregoeiro concederá o prazo de, no mínimo, duas horas para readequação da proposta quando esta não observar o percentual de desconto ofertado sobre as tarifas aéreas, nos termos deste Edital e do Termo de Referência, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. Para fins de julgamento, será considerado vencedor o licitante que ofertar o maior percentual de desconto incidente exclusivamente sobre as tarifas aéreas, não sendo considerados, para qualquer efeito, valores referentes a taxas aeroportuárias, encargos ou quaisquer outros valores de repasse às companhias aéreas.

8.15. Poderão ser desclassificadas propostas que apresentem descontos inexequíveis ou incompatíveis com a estrutura de custos do serviço de agenciamento de viagens, mediante análise fundamentada pela Administração.

8.16. A Administração poderá realizar diligências para verificar a compatibilidade dos descontos ofertados com os preços praticados no mercado, inclusive mediante consulta a sistemas oficiais ou ferramentas independentes de pesquisa de passagens aéreas, com vistas a assegurar a vantajosidade da contratação.

8.17. A contratada deverá apresentar, por ocasião da emissão de cada bilhete, demonstrativo detalhado contendo o valor da tarifa original praticada pela companhia aérea, o percentual de desconto aplicado e o valor final faturado à Administração.

8.18. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o maior percentual de desconto sobre as tarifas aéreas, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia em meio físico ou digital; neste último caso, podendo ser enviados por e-mail ou por aplicativo ou programa de computador para troca de mensagens eletrônicas.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até quatro horas, para:

9.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin será analisada pela Administração, observada a legislação aplicável.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica, pois não se trata de licitação para Registro de Preços.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica, pois não se trata de licitação para Registro de Preços.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Compras.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: para o *e-mail* sems.ap@saude.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [Compras.gov.br](http://compras.gov.br).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Modelo de Termo de Ciência e Concordância; e

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial.

Macapá/AP, 08 de maio de 2026.

PAULA SIMONE JUCÁ CARRERA

Superintendente do Ministério da Saúde no Amapá

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULA SIMONE JUCA CARRERA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:50:18.

MACENA CRISTINA DE JESUS MARTINS

Chefe do Serviço de Logística Administrativa da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá/AP



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:42:08.

SUPERINTENDENCIA DO MINISTERIO DA SAUDE/AP

Contrato 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	250014-SUPERINTENDENCIA DO MINISTERIO DA SAUDE/AP	ORIVALDO NAZARENO MONTEIRO DE ATAIDE	08/05/2026 14:43 (v 0.3)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25013.000155/2025-94

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.....

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX



SUPERINTENDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO AMAPÁ

(Processo Administrativo nº 25013.000155/2025-94)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO AMAPÁ E

.....

A União, por intermédio da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá, com sede na Avenida Antônio Coelho de Carvalho, nº 2517, Bairro Santa Rita, na cidade de Macapá/AP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.544/0178-27, neste ato representada pela sua Superintendente Paula Simone Jucá Carrera, nomeada pela Portaria nº 1.385, de 18 de julho de 2023, publicada no DOU de 20 de julho de 2023, portadora da Matrícula Funcional nº 335****, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa]** **OU** **[procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 25013.000155/2025-94 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de agenciamento de viagens para cotação, reserva, marcação, remarcação ou cancelamento de passagens aéreas, em voos domésticos, destinados aos deslocamentos de servidores, no desempenho de suas atividades institucionais, no interesse da Superintendência do Ministério da Saúde no Amapá, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. O objeto será executado sob regime de preço variável, conforme demanda, sendo a remuneração do contratado indireta, decorrente do modelo de comercialização das companhias aéreas e operacionalização do serviço, vedada a cobrança de taxa de agenciamento ou qualquer outra forma de remuneração direta pela Administração, sendo o critério de julgamento baseado exclusivamente no percentual de desconto ofertado sobre as tarifas aéreas.

1.2.1. Os valores das passagens aéreas não constituem receita do contratado, caracterizando-se como valores de repasse às companhias aéreas.

1.2.2. Não há valor fixo ou total contratado, sendo a estimativa meramente indicativa para fins orçamentários, nos termos do Termo de Referência.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do termo de contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O presente contrato não possui valor fixo, sendo executado sob demanda, com remuneração indireta do contratado, decorrente do modelo de comercialização das companhias aéreas, sendo o critério de julgamento baseado exclusivamente no percentual de desconto ofertado sobre as tarifas das passagens aéreas.

5.2. Os valores das passagens aéreas serão pagos com base na menor tarifa disponível no momento da emissão, dentre as opções ofertadas pelas companhias aéreas, inclusive aquelas obtidas por meio de sistemas oficiais ou ferramentas de busca de mercado, deduzido o percentual de desconto ofertado pelo contratado.

5.3. O valor estimado da contratação possui caráter meramente referencial, não constituindo obrigação de contratação mínima.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. O faturamento deverá discriminar separadamente:

I – O valor da tarifa da passagem aérea;

II – O valor do desconto aplicado;

III – O valor líquido devido.

6.3. O contratado deverá manter disponíveis os documentos comprobatórios da tarifa praticada no momento da emissão, apresentando-os sempre que solicitados pela fiscalização contratual.

6.4. Será glosado do pagamento qualquer valor cobrado em desacordo com as condições estabelecidas neste contrato, especialmente nos casos em que não for comprovada a obtenção da tarifa mais vantajosa disponível no momento da emissão da passagem aérea.

6.5. A glosa não afasta a aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis.

6.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias ou verificações nos sistemas e documentos relacionados à execução contratual, com vistas a aferir a conformidade dos preços praticados com as condições de mercado.

6.7. O contratado deverá disponibilizar todas as informações e documentos solicitados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO, na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.3.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.1.3.1.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.3.1.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.3.1.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.3.1.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.3.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.6. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.13. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.1.14. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.1.15. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.1.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz, para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.1.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.1.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.1.23. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.1.23.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.24. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.25. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.26. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.27. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.28. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.1.29. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.1.30. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.1.33. Emitir passagens observando a tarifa mais vantajosa disponível no momento da emissão, vedada a utilização de tarifas superiores sem justificativa técnica formal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Constitui infração contratual a emissão de passagens em desacordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, especialmente quando não observada a tarifa mais vantajosa disponível no momento da emissão, sem justificativa técnica devidamente registrada.

12.1.1. A prática reiterada da conduta prevista no item 12.1 poderá ensejar rescisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.2. As demais regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pela CONTRATANTE, nesse sentido, com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. Eventuais acréscimos ou supressões quantitativas observarão os limites previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se, para fins de referência administrativa, o valor estimado constante do Termo de Referência.

14.3. As supressões decorrentes de acordo entre as partes observarão o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se, para fins referenciais, o valor estimado constante do Termo de Referência.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/unidade: [...];

15.1.2. Fonte de recursos: [...];

15.1.3. Programa de trabalho: [...];

15.1.4. Elemento de despesa: [...];

15.1.5. Plano interno: [...]; e

15.1.6. Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na *Internet*, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Amapá, Seção Judiciária de Macapá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Macapá/AP, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULA SIMONE JUCA CARRERA
Autoridade competente